

ESTADO E NACIOALISMO: OS INTELLECTUAIS E A EDUCAÇÃO SERGIPANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ademir da Costa ^{*13}

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto refletir sobre as práticas do nacionalismo na educação sergipana, mediante as investidas dos intelectuais através de movimentos efervescentes da época e das políticas públicas patrocinadas pelo estado oligárquico. O estudo busca verificar as formas pelas quais a educação primária contribuiu para a consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade e examinar o papel do Estado em relação à inovação educacional e a imposição dos modelos culturais.

ABSTRACT

The present work has as object to reflect on the practical ones of the nationalism in the sergipana education, by means of the onslaughts of the intellectuals through efervescentes movements of the time and the public politics sponsored by the oligarchical state. The study it searches to verify the forms for which the primary education contributed for the consolidation of the politician-ideological project of construction of the nationality and to examine the paper of the State in relation to the educational innovation and the imposition of the cultural models.

O presente trabalho tem como objeto refletir sobre as práticas do nacionalismo na educação sergipana, mediante as investidas dos intelectuais através de movimentos efervescentes da época e das políticas públicas patrocinadas pelo estado oligárquico. O estudo busca verificar as formas pelas quais a educação primária contribuiu para a

* **Mestre em Filosofia e História da Educação** pela Universidade Federal de Sergipe e **Sociólogo** Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – **UFS/UNICAMP** – Núcleo de Pesquisa, Sociedade e Educação em Sergipe (**NPSE**) do departamento de Ciências Sociais, vinculado ao Programa de Mestrado. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (**SBHE**), filiada ao International Standing Conference for the History of the Education (**ISHE**). Membro e Pesquisador do **GEINT/USP/PUCRS** (Grupo de Estudos do Integralismo). Sócio da Sociedade brasileira de Sociologia.

consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade e examinar o papel do Estado em relação à inovação educacional e a imposição dos modelos culturais.

No entanto, vale ressaltar duas observações de ordem metodológica. A primeira delas é que esta análise acerca do papel da educação escolar, na gestação de um novo projeto de modernização nacional no Estado sergipano, será feita sob a ótica das escolas instaladas no período, tidas como modelos e das práticas escolares impostas no transcorrer dos anos 30. A segunda é que se está partindo da hipótese de que a influência cultural das escolas modelos transcende as suas salas de aula, isto é, na medida em que suas práticas pedagógicas desenvolvem-se em sintonia com os projetos de modernização da República.

Uma reflexão sobre educação escolar em Sergipe, nos primeiros 30 anos de república, exige que se leve em consideração as transformações político-sociais e culturais pelas quais a nação atravessava naquele momento. Assim, merece destaque a indagação de Nagle:

Desta forma, a escolarização é tida como um dos elementos do subsistema cultural; portanto, um elemento que deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social. Aceitando-se a idéia de que a sociedade brasileira do tempo passa de 'sociedade fechada' para uma 'sociedade aberta', torna-se necessário identificar o papel que a escolarização desempenhou, no sentido de favorecer ou dificultar a passagem.¹⁴

A educação brasileira inicia seu processo de consolidação como objeto de políticas públicas a partir dos anos trinta. Os educadores enquanto profissionais e os intelectuais brasileiros esboçam um pensamento nas décadas de 20 e 30 na primeira república através de intensos debates, congregando diferentes filiações teóricas.

¹⁴ NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. 2ª ed. Rio de Janeiro:DO&A, 2001. p.133

Anteriormente, nos primeiros vinte anos da incipiente república, a idéia de educação nacional e o próprio pensamento educacional brasileiro expressavam-se por meio de reflexões sócio-políticas engendradas por intelectuais publicistas e literatos viam imprensa.

A república velha, em função do propósito de consolidação de um projeto de construção da unidade nacional, foi marcada por inúmeras reformas educacionais que legislaram sobre o ensino superior no país e fixaram as bases regulamentares do ensino primário e secundário na capital federal.¹⁵ Evidente que essas reformas colocaram em questão o modelo educacional herdado do império, porém não lograram êxitos na tentativa de solucionar os problemas graves da educação brasileira. A primeira das reformas implantadas, a de Benjamin Constant, com a implantação do ensino seriado, o sistema adquiriu maior organicidade. Outras se seguiram como o código Eptácio Pessoa (1910), reforma Rivadávia Correia (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a reforma Rocha Vaz (1925). Os propósitos das reformas giravam em torno do acesso ao ensino superior, tendo como referência a organização do ensino secundário em detrimento da escola primária que se manteve na condição de escolas de primeiras letras.

Durante toda a república velha manteve-se no Brasil uma notória dualidade de sistemas e de competências: de um lado, o sistema federal, cuja principal preocupação era a formação das elites, com investimentos nos cursos secundários e superior: de outro lado, os sistemas estaduais que legalmente pudessem instituir escolas de todos os graus e modalidades, limitavam-se a organizar e manter a educação das camadas populares – ensino primário e profissional.

Convêm destacar os debates promovidos pelos intelectuais pontuando as contradições as contradições da pedagogia de cunho tradicional, uma vez que, o modelo anterior priorizava a formação das elites. Os discursos preconizavam a instituição de um

¹⁵ Rui Barbosa, no final do império, denunciava o descaso para com a educação por parte do Estado e apresentava em seus discursos em seus discursos parlamentares propostas para a educação brasileira e que seriam posteriormente bases para o discurso republicano. Rua Barbosa invocava a liberdade de ensino, laicidade da escola pública e a instrução obrigatória. As idéias reformistas de Rui Barbosa inspiravam-se nos sistemas educacional europeu e americano. VALLE, Lilian do. A escola e a nação. São Paulo: Letras & Letras, 1997. p.87

sistema nacional de educação, com ênfase na educação básica, no ensino primário, porém com a articulação do todo, do primário ao superior. Motivados pelo um grande entusiasmo pela educação, os educadores que participavam dos debates e discussões acreditavam que através de investimentos e incentivos no campo educacional poderiam modernizar a sociedade.

Três grandes momentos de forma especial contribuía para fomentar os debates acerca da educação: a formação da Associação Brasileira de Educação (ABE); o Inquérito sobre a Educação patrocinado por Fernando de Azevedo, em 1926 e as reformas educacionais implementadas por vários Estados da federação, durante a década de 20.

Do ponto de vista político, as reformas desenvolvidas se chocavam com a realidade social e a república formalizada. A Constituição de 1891 era expressão daquilo que existia de mais avançado nos países europeus e norte-americanos, onde a burguesia, havia muito, se consolidara. Por isso mesmo, sua aplicação efetiva no Brasil foi imensamente dificultada, isto é, até 1930, jamais foi aplicada integralmente. Assim, as reformas quando aplicadas, traduziram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos. No entendimento de Fernando Azevedo:

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a república foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas.¹⁶

A solução federalista adotada pela Constituição de 1891, que deu autonomia aos Estados, não estabeleceu, como devia, a igualdade entre os membros da federação. Ao contrário, criou oportunidades para que os grandes Estados como São Paulo, Minas gerais e

¹⁶ AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira, p. 123

Rio de Janeiro, dominassem o poder federal, segundo seus próprios interesses. A fundação da República veio, na realidade, atender aos interesses dos grandes fazendeiros de café paulistas, mineiros e cariocas. A imensa maioria da população dependia da economia cafeeira, direta ou indiretamente, considerando, inclusive, os setores urbanos em desenvolvimento. A grande massa, que fora marginalizada na própria elaboração da República, permaneceria como expectador passivo até o final da República Velha.

Os contornos da República giravam em torno de dois blocos: civis e militares. Desta forma, a República, em sua trajetória, foi obra, basicamente, dos partidos republicanos, notadamente o de São Paulo, unidos aos militares de tendência positivista. Porém, tão logo o grande objetivo foi atingido, ocorreu a cisão entre os republicanos históricos que defendiam o federalismo, o que deu oportunidade para que os grandes cafeicultores imprimissem na República a marca dos seus interesses e os militares, ao contrário, desejavam fortalecer o poder central. Em questão, as divergências entre os dois blocos incidiam em torno da questão federalista.

Nesse sentido, as reformas estaduais da educação, muitas delas oriundas do inquérito de 1926, estavam voltadas para educação popular, ou seja, o ensino primário e o ensino técnico profissional. No geral, independente da dimensão e amplitude que alcançaram nos Estados, a escola a ser reformada estava pautada em três princípios básicos: a extensão do ensino, a articulação dos diferentes níveis e modalidades e a adaptação ao meio social e às idéias modernas de educação.

Feito essa análise de balanço, cumpre-nos destacar um outro viés substancial de interpretação da educação brasileira nas décadas iniciais da primeira República: a organização da sociedade e do Estado e a questão do nacionalismo. A questão nacional aparece como um desafio emblemático, buscando explicação sobre mestiçagem, fornecendo bases para a democracia racial e justificativas para as desigualdades regionais. Contudo, essa nova inteligência apresenta a perspectiva de um Estado unificador do país, em termos culturais, políticos, sociais e construtor da nação moderna.

A geração dos anos 20-45 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para a elite dirigente. Essa geração esforçou-se, assim, para romper com duas experiências que marcaram negativamente a história intelectual antecedente: a dependência perante o império e o isolamento no início do século XX. Em contrapartida, tentou reatar com uma terceira: o prestígio das elites do estado, que caracterizara todo o período do império.¹⁷

Manifestações da cultura brasileira passam a ser valorizadas, com exaltação aos símbolos nacionais. Esse processo é representado por uma série de intelectuais como o sergipano Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e outros, que preocupados em explicar a sociedade brasileira via interação da raça e do meio geográfico, são profundamente pessimistas e preconceituosos em relação ao brasileiro que é rotulado entre outras coisas como ápatico e indolentes.

Nessa Linha, vale ressaltar o pensamento de Fernando Azevedo, a maneira como ele trata as diferenças, na medida em que ele considera que o grau de civilização de um povo pode ser medido pelo estágio de desenvolvimento cultural alcançado pelo mesmo.

(...) a civilização se apresenta entre nós, com os seus caracteres fundamentais (...) como o demonstram a doçura de costumes, o respeito à pessoa humana, a tolerância e a hospitalidade nas relações entre os cidadãos e em face do estrangeiro (...). Como parte integrada ao processo civilizador, a Cultura é, portanto, entendida dentro de uma perspectiva intelectualista relacionada ao conjunto de habilidades expressas nas manifestações filosóficas,

¹⁷ PECAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 55

científicas, artísticas e literárias, aspectos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo civilizador.¹⁸

Por extensão, a concepção educacional nas primeiras décadas do período republicano brasileiro tem o propósito de preparar a população para a incorporação de novos valores e atitudes de higiene, patriotismo e civilidade. Em sua essência, a escola adquire uma função moralizante e disciplinar e, com efeito, consolidar uma ordem social. Com o advento da primeira grande guerra, aparecem os mecanismos de solidificação do ideário nacionalista: a formação da Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916 e outras instituições congêneres como a Liga Nacionalista do Brasil e das Ligas Nacionalistas Estaduais. Segundo Nagle, as ideias nacionalista se multiplicaram nas mais variadas direções na década de 1920:

As primeiras manifestações nacionalista aparecerem, de maneira mais sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar, com divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica.¹⁹

O projeto de modernização da sociedade implantado pelas Ligas Nacionalista efetiva a importância política da educação pública na formação da nação, somadas a elas surgem a Liga de Saneamento e a Liga Nacional Contra o Analfabetismo. Nesse período da história republicana nacional, em que as políticas de modernização social e econômica eram costumeiramente derivadas de pressões “de cima para baixo”, a intelectualidade sergipana absorveu esse ideário procurando moldar a realidade local. Pecaute, esclarece a proliferação do nacionalismo:

A partir de 1915, o nacionalismo invadiu a cultura brasileira. Expandiu-se na literatura a ponto de tornar suspeita qualquer que parecesse manter alguma distância em relação a ele. Deu origem a associações onde os intelectuais estavam onipresentes, e cujo protótipo foi a Liga de Defesa Nacional – criada em São Paulo pelo

¹⁸ AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964, p.9-11

¹⁹ NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. P.46

poeta Olavo Bilac e que logo encontraria adeptos em outras cidades. A liga se propunha, entre outras coisas, a confiar ao Exército uma função educativa na formação de “cidadão soldados”. (grifo do autor).²⁰

O ideário da Liga Nacionalista de São Paulo chega a Sergipe sob a iniciativa de Florentino Meneses, quando liderou em 1923, junto a grupo de intelectuais, a campanha pelo voto secreto, fundamento maior da reação republicana em Sergipe.²¹

O golpe militar de 15 de novembro de 1989 marcava o início do regime republicano no Brasil, assim decretando o agonizante regime monárquico. Sergipe tomaria conhecimento somente dias após o fato e a princípio receberia a notícia com entusiasmo pelos republicanos históricos. Desta forma iniciava-se um processo de configurações de forças e de ajustes do projeto de governo. A propósito esclarece Dantas:

Com a instauração da República, algumas alterações no arcabouço institucional começaram a ser estabelecidas. Em primeiro lugar, o poder Executivo passava a ser ocupado pelos próprios políticos da terra, com a perspectiva de serem eleitos pelo voto popular. Era uma alteração que inaugurava um ritual bem diferente dos tempos da província quando o Imperador indicava os governantes, geralmente gente de fora, vinculada à burocracia estatal.²²

Com efeito, delineava-se uma contradição entre uma tradição regional de organização e produção oligárquica, e uma pressão nacional por uma reestruturação do país em moldes burgueses, sugerimos essa premissa, foi a principal força norteadora do desenvolvimento da história de Sergipe durante o período republicano. O eixo norteador do processo de consolidação da República concentra-se na ascensão e desenvolvimento do capitalismo e burguesia paulistas, que levava o país para a organização de uma sociedade de

²⁰ PECAUT, Daniel. Op. Cit. P. 26

²¹ DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 61

²² DANTAS, Ibarê. História de Sergipe República. P.16

massas, voltada para a produção industrial e organização de mercados internos orbitais do centro financeiro paulista, que articulava-se aos centros do capitalismo mundial. Assim, a participação das elites intelectuais sergipanas foi extremamente significativa na consolidação da unidade do aparato estatal e de modernização da sociedade via educação.

Em meio as pressões de revezamento do poder, Felisbello freire, foi indicado para governar o Estado e promover os ajustes necessários a adequação à nova política nacional, muito embora, a preocupação do novo governante, a princípio, era de equacionar as finanças e os serviços públicos. No campo educacional, felisbello Freire esboçou a implantação de um projeto educacional de caráter popular que não teve uma boa aceitação por parte de alguns setores da sociedade. Através do decreto nº 30 de 14 de março de 1890, Felisbello Freire deu nova dinâmica e organização a instrução primária pública primária de Sergipe. De acordo com Oliveira, durante a Primeira República, vinte e sete atos tentarão alterar as condições de funcionamento da instrução pública primária, dos quais dezesseis constituíram reformas abrangentes. Os demais atos alteraram parte da organização e funcionamento desse nível de ensino, estabelecendo as normas complementares. E, acrescenta Oliveira:

A primeira reforma educacional republicana do Estado de Sergipe ocorreu em 14 de março de 1890. Nela foi instituída, a título de ensaio, a obrigatoriedade da freqüência das escolas nas cidades e centros de povoação, onde o governo considerasse exequível semelhante medida (art.8). O Regulamento determinou que pais, tutores ou preceptores, seriam obrigados a dar instrução a seus filhos aos 7 anos, mandando-os para uma escola pública. Seria apenas dispensado os menores de 07 anos, os maiores de 14, os que residissem mais de três quilômetros da escola, algum impedimento físico ou moral e os que estivessem recebendo instrução fora da escola (art.9).²³

²³ OLIVEIRA. Dilma Maria Andrade de. O direito proclamado à educação em Sergipe: os princípios da obrigatoriedade e gratuidade na primeira república (1889-1930). Revista do Mestrado em Educação-UFS. São Cristóvão, v. 09, klu/dez. de 2004. P. 51

As iniciativas e os investimentos no campo educacional patrocinados pelos governantes posteriores se concentraram nas melhorias dos prédios escolares, subvenções para entidades culturais, científicas e literárias. Porém, no governo de Rodrigues Dória (1908-1911), podemos perceber mudanças significativas no campo educacional, na tentativa de reorganizar o sistema educacional no tocante a melhoria e qualidade do ensino. Neste sentido o governo construiu nova sede da escola normal e instauração de um grupo escolar anexo, marca de sua administração, além da ampliação das instalações do colégio Atheneu e a criação da Escola de Aprendizes Artífices em parceria com o governo federal de forma a incentivar o ensino técnico profissional. Em síntese, o pretense projeto estruturava-se na organização do ensino sergipano. Assim expressou Dória:

Devo dizer-vos que o serviço da instrução publica, embora de recente execução, de acordo com os regulamentos baixados a 12 de agosto, quer na Escola Normal e em Grupo Modelo, e mesmo no Grupo Central, estão excedendo a expectativa geral, pelo que me ufano em dizer que os exemplos partidos desses estabelecimentos de ensino, sob a direcção criteriosa, competente e practica do Dr. Carlos da Silveira, professor paulista contratado neste Estado, hão de conseguir forçosamente a melhoria do ensino publico de Sergipe.²⁴

De certa forma, a pretensão exigia um modelo escolar que começou a se materializar com a reforma do ensino primário promovida precariamente nos gestões anteriores, cuja grande novidade consistiu na instituição dos grupos escolares, a forma escolar que já estava difundida na capital federal, São Paulo e Minas Gerais. Com eles, esperava-se realizar o que as escolas isoladas até então existentes, tidas por precárias, não poderiam conseguir.

A educação escolar, neste contexto, seria valorizada por essas elites como local privilegiado para a formação técnica necessária ao desenvolvimento econômico, ao mesmo

²⁴ Mensagem do presidente em 1926.

tempo em que formaria os valores necessários à construção da nova ordem política a ser implantada no Estado.

Contudo, consideramos imprescindíveis apreender os relatórios sobre a instrução pública produzidos em Sergipe entre 1889 a 1930 com o intuito de perceber essa qualidade valorativa atribuída à educação escolar. Esses relatórios eram responsabilidades dos governadores, a maioria deles, nesse período, ligada aos intelectuais republicanos.

Assim, é nosso propósito refletir como o Estado, via modelo de inovação do sistema educacional, em especial a escola primária, contribuiu para a consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade? É sob essa perspectiva que se tem como possível empreender mais um esforço no sentido de conhecer e compreender as ações educativas historicamente construídas pela sociedade humana.

Reconhecendo a magnitude dos trabalhos dos pesquisadores sergipanos desenvolvidos sobre a educação sergipana na República Velha²⁵, sem dúvida alguma, ele se somará aos demais, porém como forma de suscitar novas indagações, provocar um repensar das abordagens históricas das instituições e práticas escolares.

Durante a República Velha, em decorrência das transformações sociais que estavam ocorrendo, constata-se a tendência de pensar a organização da sociedade e do Estado no

²⁵ SANTOS, Ademir da Costa. O Integralismo em Sergipe: o projeto educacional e a propagação do ideário. (1933-1938). Dissertação (Mestrado em Educação). Sergipe: UFS; OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. Legislação e Educação: o ideário reformista do ensino primário na primeira república. (1989-1930). São Paulo: UFScar, 2004; NUNES, Maria Thetis. 1988. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; FREITAS. Anamaria Gonçalves Bueno de. *"Vestidas de azul e branco": um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério. (1920-1950)*.1995. Dissertação. (Mestrado em Educação) –São Paulo: UNICAMP; GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés de Anjos e Letreiros de Néon- Ginasianos na Aracaju dos Anos Dourados - cultura urbana e práticas escolares nos anos 50*.1998. Dissertação. (Mestrado em Educação) Sergipe: UFS; SOUZA, Josefa Eliana. *Em busca da democracia- a trajetória de Nunes Mendonça*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação), UFS/SE; BRITO, Luzia Cristina Pereira. *Ecos da modernidade pedagógica na Escola Normal "Rui Barbosa" (1930-1957)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Sergipe: UFS; SOUZA, Cristiane Vitorio de. A "República das Letras em Sergipe". 2001. Monografia. (Curso de História). Sergipe: UFS; FREITAS, Itamar. *A "Casa de Sergipe": historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913- 1930)*.2000. Dissertação. (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro; LIMA, Jackson da Silva. 1995.*Os Estudos Filosóficos em Sergipe*.Sergipe: Sociedade Editorial de Sergipe

Brasil e de discutir a questão da nacionalidade e da região em nosso país. Nesse período, o pensamento da nossa intelectualidade oscila no que diz respeito a estas questões. Sergipe assistiu uma fase de intensa produção literária e de um aumento crescente de instituições voltadas para a cultura e ciência. Objetivando congregar os intelectuais foram criadas na capital instituições sócio-políticas como o Centro da Propaganda e do Voto Secreto e o Centro Socialista Sergipano (1918), idealizado por Florentino Meneses. Sobre O Centro Socialista Sergipano, acrescenta Dantas:

*Este Centro provocou palestras, polêmicas pelos jornais, envolvendo intelectuais vinculados à imprensa dos trabalhadores urbanos e membros da Igreja Católica que se manifestavam contrários à nova doutrina. Tal movimento tenderia a acentuar-se com as matérias do jornal Voz do Operário na década de 1920, onde já se notava algum intercâmbio com ativistas do sudeste e a influência da vertente leninista (...) Antes porém que os materialismo dialéticos fossem difundidos, a crença mais comum entre os intelectuais era a do cientificismo, afirmando “a superioridade da ciência sobre as outras formas de compreensão humana da realidade (religião, filosofia metafísica etc)”.*²⁶

Também merecem destaques o florescimento de instituições de cunho cultural na capital como no interior do Estado. Na capital surgiram o Centro Literário 24 de Outubro (1998), Grêmio Tomaz Cruz (1918), Hora Literária Santo Antônio (1919), Hora Literária Aracaju (1919).²⁷ No interior, pela sua dimensão, são destacadas o Gabinete de Leitura de Maruim, Gabinete de Leitura de Riachuelo, a casa do Livro de Capela e o Gabinete de Leitura Tobias Barreto. Quanto as instituições de caráter educacional, despontaram o Centro Pedagógico Sergipano (1918) e a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (1916), fundada pelo professor Ávila Lima. O professor Ávila Lima²⁸ teve um papel de destaque nesse

²⁶ DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1989-2000). P.71

²⁷ DANTAS, Ibarê, op. Cit. P.60

²⁸ Adolfo Ávila Lima, Bacharel – Filho de José Antonio de Lima e D. Idalina d'Ávila Lima, nasceu a 26 de agosto de 1882 na Estância. Tendo-se preparado em humanidades em Aracaju e Bahia, matriculou-se na Faculdade de Direito da capital da Bahia, onde fez os quatro anos do curso acadêmico e o quinto na do

movimento, ao lado de Rocha Lima, Franco freire e Penélope Magalhães. No campo científico, a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe é marca das investidas dos intelectuais sergipanos, era uma espécie de academia literária e científica. Por outro lado, objetivando uma participação mais intensa nos debates sobre a vida da nacional e local, a Igreja Católica Funda a Academia Santo Tomaz de Aquino e o Centro Dom Vital (1922).

Esse aspecto de proliferação dos mecanismos para as discussões e debates em torno das questões estadual e nacional, realça o papel da escola e de formação escolar. Os problemas vividos nas décadas seguintes à proclamação da república fortaleceram a crença de intelectuais e políticos sergipanos de que a construção de uma nação e de um Estado próspero dependia, em boa medida, de se lançar da escola como recurso civilizatório. O cenário tornou-se propício para afirmação e legitimação de uma pedagogia moderna e científica, centrada, de certa forma, na tríade “educação moral, intelectual e physica” a começar pela criança.²⁹

Os intelectuais sergipanos que participaram do projeto de modernização da sociedade e da instauração da ordem republicana em Sergipe, com suas variadas tendências político-ideológicas, cooptadas dos grandes centros, alguns deles, no campo educacional, revisaram as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, aderiram posteriormente, nos anos trinta o ideário escolanovista. Entre Eles destacaram-se Helvécio de Andrade, Rocha Lima, Franco Freire, Abedias Bezerra, Epifânio Dória. Outros de correntes ideológicas diferentes, mais tarde ingressando nas fileiras de movimentos de cunho nacionalista autoritário, como a Ação Integralista Brasileira, assumiram o projeto educacional católico, combatendo de forma ostensiva a propagação da Escola Nova. Nesse segmento cimentaram

Recife, na qual recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 17 de dezembro de 1910. Durante os anos de 1907 a 31 de julho de 1913 exerceu as promotorias de Propriá e Estância, tendo sido nesse último ano nomeado inspetor geral do ensino do 2º distrito escolar. Por ato de 22 de julho de 1914 passou a ser lente vitalício, por concurso, da cadeira de pedagogia e metodologia do curso normal do Ateneu Sergipense, e em 1914-1915 lente da língua materna, história universal e do Brasil no colégio “Tobias Barreto”. Por decreto de 5 de abril de 1924 foi designado para lecionar a cadeira de psicologia fundamental e infantil da Escola Normal. Nos triênios de 1917-1922 foi um dos membros do Conselho Municipal de Aracaju e nos biênios de 1919 a 1922 membro do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado. É sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Cf. Guaraná, 1925.

²⁹ CARVALHO, M.M.C. Quando a história da criança é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

sua idéias Ávila Lima, Jacinto Figueiredo, Passos Cabral, Rubens de Figueiredo, Antonio Joaquim de Magalhães, Luciano Mesquita, Fernando Galvão leite e Evangelino Faro.

Diante da expansão e afirmação do ideário nacionalista, com o advento da República a educação popular adquiriu centralidade política e status de políticas públicas. A partir de então, a educação foi destinada a cumprir princípios de cunho nacionalista: regeneração da nação; instrumento para a reforma social e mecanismo propulsor do progresso e da civilização. Portanto, esses novos objetivos atribuídos à escola serviram de base para as profundas reformas no ensino em todo país.

Com fim da Primeira Grande Guerra Mundial, o nacionalismo cresceu sem precedentes. Vários movimentos e campanhas nacionalistas expandiram cuja finalidade era a elevação moral e política do país, exaltando, sobremaneira, o voto secreto, a erradicação do analfabetismo e o serviço militar obrigatório. Assim, os intelectuais descontentes com a oligarquia no poder e as contradições da República levantaram a questão da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a educação moral e cívica passa a ser elemento fundamental a estruturação moral do Estado e para a defesa da nacionalidade. Nesse contexto são intensificados nos meios educacionais outras associações extra-escolares, a exemplo do escotismo, garantidas pela associação entre educação cívica e nacionalismo e pelos ideais propugnados pelas ligas nacionalista espalhadas pelo país.

Nesse esquema de raciocínio, elegemos a categoria nacionalismo nosso fio condutor e, para tanto, faz-se necessário definir as categorias civilização e cultura. Para discutir a categoria de análise nacionalismo, em primeiro lugar é preciso explicitar a idéia de nação como ponto de partida pra a questão nacional e relacioná-la a modernidade. A idéia de nação é aqui interpretada como ideologia do Estado burocrático centralizado, ou seja, um comportamento nacional que cria contextos de interdependência no agir humano – “mesmos limitados, num primeiro momento, unicamente a classe burguesa”- e, pela sua construção histórica, ampliou os horizontes da vida cotidiana de camadas cada vez mais ampla da produção e ligou ao Estado um conjunto de comportamentos econômicos, políticos,

administrativos, jurídicos que, portanto, condições necessárias para a construção de uma ideologia nacional.³⁰

Nessa direção, o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, e o “Estado nacional gera o nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadora, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão do Estado e Nação, isto é, a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradição.”³¹

Em segundo lugar, é necessário salientar que optamos pela definição da categoria de análise cultura, como o “conjunto de comportamentos, saberes e saber fazer características de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo essas atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem, e transmitidas ao conjunto de seus membros”³², são adequados á lógica do pensamento liberal e as elites. Parte-se, então, do pressuposto de que as elites sergipanas operaram estas categorias com o significado de moral e intelectual, como sinônimo de progresso em que os setores políticos e econômicos inclinaram a provocar alterações no setor social. No entender de Nagle, essas alterações constituíram forças novas que pressionaram o ritmo ao seu aceleração:

Esclarecendo mais a questão, interessa notar que as tentativas efetuadas para provocar a recomposição do poder e firmar as novas diretrizes no campo econômico encontraram determinados suportes sociais que as tornaram mais viáveis³³.

E, acrescenta Nagle:

E, por isso, parece mais fácil identificar as mudanças e perspectivas de mudanças no setor especificamente social por meio da variedade de novas orientações ideológicas, presente, especialmente, no

³⁰ BOBBIO, Norberto. [e. al.]. Dicionário de Política. 5ª ed. Brasília, DF: Edunb, 1993. (verbete Nação). P. 799.

³¹ BOBBIO, Norberto. [e. al.]. Op. Cit. (verbete Nacionalismo). P. 799

³² KROEBER, Apud LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 120

³³ NAGLE, Jorge. Op, cit. P. 36

decênio dos vinte (nacionalismo, tenentismo, e outros), uma vez que denotam a presença de marcante inquietação social e heterogeneidade sócio-cultural.³⁴

Desta forma, através do ideário nacionalista, os intelectuais sergipanos, dentro do seu espaço, procuraram cumprir de forma hegemônica uma função educativa de forma a colocar Sergipe em condições de um Estado civilizado. Cumpre-nos salientar, nessa fase de efervescência ideológica e de constantes debates, a corrente nacionalista concorreu com outras correntes de idéias como o socialismo, anarquismo e outras variantes. A difusão do ideário socialista, sem a repercussão devida, de certa forma contribuiu para levar à tona a discussão de um problema nacional, o da participação do operariado na organização nacional. Tanto a nível local como a nível nacional, a corrente nacionalista teve uma maior penetração no ambiente histórico da década de 20. Nagle, explica da seguinte maneira a supremacia do nacionalismo em relação as demais correntes:

(...) os líderes do socialismo, do anarquismo e do maximalismo tentaram a aplicação mecânica de categorias de um modelo que transbordava o singelo contexto histórico social da sociedade brasileira da época. Na verdade não se preocupou distinguir o “abstrato” do “concreto”, isto é, não se tentou estabelecer o nível de correspondência entre o modelo e o quadro existencial. O abstrato ou as construções ideais não serviram de guia de observação inicial, de maneira que pudessem ser reajustados em função das características particulares da situação concreta. (...) Por isso mesmo, o que excedeu em esquema teórico, faltou em informações históricas concretas.³⁵

Com base no exposto, é nossa pretensão agrupar as idéias educacionais preconizadas pelos intelectuais, conforme as delimitações das orientações nacionalistas. Independente do estabelecimento dessas orientações via associações e entidades culturais, no Estado de Sergipe, o seu ideário conduziu os intelectuais e a elite dirigente local. Nessa

³⁴ Ib idem, p. 36

³⁵ NAGLE, Jorge. Op. Cit. P.63

ordem, segundo o raciocínio de Nagle, convém ressaltar as seguintes orientações. O nacionalismo militarista capitaneado pela Liga de Defesa Nacional, motivado pelos princípios do perigo externo em decorrência da eclosão da Primeira Guerra Mundial e do perigo interno provocado pela falta de instrução e da descentralização política. Assim, esclarece Nagle:

“Estabelecidas as duas coordenadas básicas do movimento – o serviço militar, para fazer frente ao perigo externo, e a instrução, para combater o perigo interno – a propagação nacionalista centralizar-se-á na formação da consciência nacional. Com esse fim, procurou-se difundir um variado conjunto de idéias, noções e princípios, inicialmente, para mostrar a inexistência de “povos irremediavelmente fracos” e demonstrar a falsidade de determinadas afirmações pseudocientíficas, segundo as quais a mestiçagem torna as incapazes”³⁶

A corrente nacionalista de orientação liberal encabeçada pelas Liga nacionalista do Brasil e as ligas nacionalistas estaduais, tendo como referência a Liga Nacionalista de São Paulo, defendia o regime federativo, a unidade nacional e pela efetividade do voto. No geral a Liga Nacionalista enfatizava um nacionalismo mais político. Em sentido oposto, a corrente nacionalista autoritária do Grupo Baziléia, embora pontuassem questões das correntes mencionadas, defendia o autoritarismo dos governantes e se opõe aos ideais do liberalismo político. Visava à integração do civismo com religião e apresentava profunda ligação com o fascismo italiano. Proveniente dessa orientação nasce outra tendência de cunho católico. Com ideais definidos e bastante combativa, dispunha de aparelhos de propagação como a revista Ordem, seu elemento disseminador e o Centro Dom Vital. Apresentava os seguintes pontos norteadores: catolicismo integral, autonomia dos brasileiros e a luta constante pela autonomia dos brasileiros, sem ódio ao estrangeiro, para que se firme a autoridade do espírito nacional.

³⁶ Ibid Idem. P. 67

Porém, o catolicismo dos católicos brasileiros apresentou uma outra direção, diferente daquela explicitada através de seus aparelhos de divulgação. Nagle, aponta essa outra direção:

Com outra direção, associam-se nacionalismo e catolicismo. Associação impregnada por um arcabouço doutrinário manejado por representantes e líderes do laicato brasileiro. O ideário nacionalista do grupo católico apresenta um aspecto central: a luta pela “autonomia do brasileiro em sua própria terra”. Ao centro se integram as “leis básicas do nacionalismo na hora presente”. Isto é, o verdadeiro nacionalismo é aquele que se estabelece “com o amor da Igreja Católica”, pois esta representa a força da maioria absoluta do país. Do centro derivam determinadas proposições contra o estrangeiro, em geral, contra o português, em especial.³⁷

Deve-se, entretanto, destacar, conforme essa orientação, partir da hipótese que no ideário dos intelectuais sergipanos, o ensino público era condição para a consolidação do desenvolvimento econômico do Estado e do país, ao mesmo tempo em que construiria a ética que nortearia a formação do estado e da nação.

V BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (2003). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

AZEVEDO, Fernando (1976). A transmissão da cultura. Parte 3. in: *A cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos.

BOBBIO, Norberto (1993). *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

³⁷ NAGLE, Jorge. Op. Cit. P.79

CARVALHO, M.M.C. (1997). Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FRITAS, Marco César (Org.) *História social da infância*. São Paulo: Cortez.

CHARTIER, Roger (1990). *A história cultura: entre práticas e representações*. Porto Alegre: Bertrand Russel.

CHARTIER, Roger (2002). *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Rio de Janeiro: Editora UFRGS. Bertrand Russel.

CRUZ, Marta Vieira (Org.) (1999). *Catálogo das fontes primárias de Sergipe*. São Cristóvão, SE: UFS, núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação; Recife: Liceu.

DANTAS, Ibarê (2004). *História de Sergipe: República*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo (1989). *História política de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe.

FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno (1995). “*Vestidas de azul e branco*”: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Dissertação (Mestrado em Educação) UFS/SE.

FREITAS, Itamar. A casa de Sergipe: historiografia e identidade na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1930). Dissertação (Mestrado em História Social). UFRJ/RJ.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Org.) (2003). *Currículo e Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Autêntica.

GUARANÁ, Armindo (1925). *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Ponget.

LAPLANTINE, François (2003). *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense.

NAGLE, Jorge (2001). *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A.

NORONHA, Olinda Maria (2002). *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas, SP: Alínea.

NUNES, Maria Thetis (1988). *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PECAUT, Daniel (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.

ROMANELLI, Otaíza (1984). *História da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

SANTOS, Ademir da Costa. *O Integralismo em Sergipe: o projeto educacional e a propagação do ideário (1933-1938)*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS/SE

SOUZA, Cristiane Vitória de (2001). *A república das letras em Sergipe*. Monografia (Curso de História). UFS/SE.

SOUZA, Josefa Eliana (1998). *Em busca da democracia: a trajetória de Nunes Mendonça*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS/SE.

SOUZA, Terezinha Oliva de (1985). *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TORRES, Alberto (1978). *O problema nacional brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.